

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A BTGI VIII Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de outubro de 2016 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A companhia está sediada na Rua da Consolação, nº 2.825, 2º andar, conj. 21, bairro Cerqueira César, CEP 01416-001.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem como único acionista o Fundo de Investimento em Participações Turquesa – Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Turquesa”).

A Administração da Companhia está monitorando os impactos do COVID-19 nos seus negócios. A pandemia afetou as expectativas econômicas e comerciais, causando volatilidade nos mercados globais e afetando o panorama da economia brasileira e de outros países em que mantemos ou manteríamos investimentos e temos relações comerciais por meio de nossas subsidiárias. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2023.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os ativos e passivos estão mensurados, principalmente, pelo valor justo, e os ativos e passivos que não estão ao valor justo estão registrados a valores que se aproximam do valor justo devido ao curto prazo de vencimento.

Continuidade

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia registrou prejuízo no valor R\$31 (31 de dezembro de 2021 – prejuízo de R\$ 77).

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro 2019, a Companhia registrou prejuízo no valor R\$59.938 referente basicamente aos *impairments* dos mútuos, conforme descritos na nota 12, tendo como contraparte a Brasil Pharma S.A. Dado os constantes *impairments* registrados, a Administração da Companhia concluiu que os certificados de créditos bancários e mútuos detidos pela mesma, tinham alta exposição ao risco de não serem recebidos e por isso foram integralmente provisionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, por meio da conversão das debêntures emitidas ao seu controlador Fundo de Investimento em Participações Turquesa – Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Turquesa”), conforme descrito na nota 8, a Companhia foi capaz de reverter sua situação de patrimônio líquido negativo advindo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou prejuízo no valor de R\$2.019.120 (31 de dezembro de 2017 – R\$366.142) referente basicamente aos *impairments* da CCB tendo como contraparte a Brasil Pharma S.A.

A Administração da Companhia realiza monitoramento contínuo dos indicadores financeiros e tem capacidade de operar nos próximos 12 meses. Adicionalmente, o Grupo BTG Pactual possui capacidade e intenção de prover o suporte financeiro necessário para a continuidade da Companhia, caso necessário. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

Julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Conseqüentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

b. Instrumentos financeiros

Tendo em vista que o CPC 48 foi adotado pela Companhia em 1 de janeiro de 2018, todos os ativos e passivos da Companhia estão registrados conforme as respectivas práticas, essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção do CPC 48.

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

A Companhia realizou uma análise de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da CPC 48 são:

- A categoria de classificação de Empréstimos e Recebíveis deixou de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, foram contabilizados nesta categoria;

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- (c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

O CPC 48 introduziu o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo sofre alteração de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriora. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

- Estágio 1 - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originarão;
- Estágio 2 - Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação.
- Estágio 3 - Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- o descumprimento de *covenants*;
- a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Empresa determina um nível adequado para a entrada do *input*.

c. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

d. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000 e de 9% para contribuição social, sobre a base determinada conforme acima.

e. Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de juros e as despesas gerais e administrativas são reconhecidas com base no regime de competência através do método da taxa efetiva.

Os juros provenientes de ativos financeiros são reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos serão transferidos para a Companhia e quando possam ser mensurados de forma confiável.

4. Gerenciamento de risco

a. Risco de mercado

O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia políticas, limites e monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso *Chief Risk Officer* ("CRO"); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (*VaR*), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de *Compliance*, que é responsável por estabelecer regras de *Anti Money Laundry* (“AML”) e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO e CFO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis.

O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, *compliance*, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site ri.pplaparticipations.com na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

b. Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

c. Análise de liquidez de ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financeira e aumentando o risco de crédito da Companhia a elas.

De acordo com sua política, a Companhia monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para os ativos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo	2022			Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	A partir de 365 dias	
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	2
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	115	-	115
Outros ativos	-	-	40	40
Total do ativo	2	115	40	157

Ativo	2021			Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	A partir de 365 dias	
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	2
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	153	-	153
Outros ativos	-	-	34	34
Total do ativo	2	153	34	189

5. Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a depósitos bancários no Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$2 (31 de dezembro de 2021 - R\$2).

6. Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica é composta por um certificado de depósito bancário emitido pelo Banco BTG Pactual no montante de R\$115 (31 de dezembro de 2021 – R\$153) com vencimento em 16 de junho de 2023 (31 de dezembro de 2021 - 17 de junho de 2022). Os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de resultado encontram-se classificados como nível 1 na hierarquia de valor justo, estando indexados a 100% do CDI.

7. Outros ativos

	2022	2021
Depósitos judiciais	36	22
Impostos e contribuições a compensar	4	8
Outros	-	3
Total	40	34

8. Patrimônio líquido

a) Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um capital social de R\$63.552 (31 de dezembro de 2021 – R\$63.552), composto por 635.512.731 (31 de dezembro de 2021 - 635.512.731) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

BTGI VIII Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Banco BTG Pactual

Não houve remuneração de pessoal chave da Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

13. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes da tributação sobre lucros e participações	(31)	(77)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	11	26
Outras inclusões permanentes	1	-
Constituição sobre prejuízo fiscal de IR e base negativa de CSLL	(12)	(26)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Resultado por ação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas	(31)	(77)
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no exercício	635.512	635.512
Prejuízo por ação - por lote de mil ações	<u>(0,0000)</u>	<u>(0,0001)</u>